

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO - CAU/ES

ATA DA 20ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE JULHO DE DOIS MIL E CATORZE.

1	<u>Inicio</u> : 19H55min
2	<u>Término</u> : 22h
3	<u>Local</u> : Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP:
4	29050-690
5	Presenças: Arq. e Urb. Tito Augusto de Abreu Carvalho (presidente). Conselheiros
6	Estaduais: Arq. e Urb. Ana Paula Rabello Lyra, Arq. e Urb. Alberto Bernabé Kirchmayer,
7	Arq. e Urb. <b>André Luiz de Souza,</b> Arq. e Urb. <b>Eduardo Simões Barbosa</b> e Arq. e Urb. <b>José</b>
8	Carlos Neves Loureiro. Convidados: Arq. e Urb. Anderson Fioreti de Menezes
9	(conselheiro federal). Assessoria ao Plenário: Arq. e Urb. Patricia Cordeiro. Secretaria:
10	Joana D'Arc do Sacramento Araújo. <u>Funcionários</u> : Ana Lucia Nascimento dos Reis,
11	Débora dos Santos Rodrigues Borges, Flávia Roberta L. Costa de Souza, Fernanda
12	Furtado Semensato, Márcia Martins Angeli, Sandra Milanez Grechi e Wiviane Lombardi
13	Broco. <u>Funcionário CAU/BR</u> : Edson Melo.
14	ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo presidente e aprovação da pauta - Constatado o
15	"quórum" regimental e após a execução do Hino Nacional, o presidente <b>Tito Carvalho</b>
16	declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos. Ressaltou as presenças do
17	Edson Melo gerente técnico do CAU/BR e do conselheiro federal Anderson Fioreti de
18	Menezes. O presidente Tito Carvalho fez a leitura da pauta, dando aos conselheiros que
19	desejassem a oportunidade de sugestão de modificação. Solicitou mudança na ordem da pauta,
20	com a apresentação do Edson Melo após os demais itens. Após alteração da ordem da pauta, o
21	presidente Tito Carvalho submeteu a pauta a votação e aprovação, sendo aprovada por
22	unanimidade. <u>ITEM II – Inauguração da Casa do Arquiteto</u> – O presidente <b>Tito Carvalho</b> fez
23	sugeriu a data de inauguração da Casa do Arquiteto para o dia 19 de agosto de 2014 e
24	informou que existe uma pré-agenda do presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro Villar de
25	Queiroz e do presidente da Federação Nacional dos Arquitetos – FNA, e estamos aguardando
26	a confirmação do presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Direção Nacional, Sérgio
27	Magalhães. O presidente submeteu a proposta do dia da inauguração da Casa do Arquiteto,
28	a votação e aprovação, sendo aprovada por unamidade. <u>ITEM III – Aprovação da 1ª</u>
29	Reprogramação Orçamentária 2014 – O conselheiro José Carlos Neves Loureiro informou
30	que a reprogramação apresentada passou pela Comissão de Planejamento, Finanças e Atos

Normativos - CPFA. Relatou que cronograma define os centros de custos, onde são trabalhados os planos de ação, temos 36 centros de custos subdivididos em 23 projetos e 13 atividades que resultam da reprogramação. São receitas correntes a arrecadação com as anuidades, taxas de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, receitas de contabilidade técnica, multas e juros, aplicações financeiras e receitas dos exercícios anteriores. Informou que o demonstrativo da reprogramação consta no anexo. Informou que a recomendação do Tribunal de Contas da União - TCU quanto a lei de responsabilidade fiscal com gasto com pessoal limitado a 50% da receita, considerando que a ação do conselho está toda pautada em recursos humanos fica limitada a capacidade dos conselhos em cumprir suas obrigações legais. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro informou que esse assunto já foi base de outras discussões pretéritas onde não se teve nenhuma orientação sobre a necessidade de cumprir a determinação que a lei de responsabilidade fiscal traz. Disse que é a análise do CAU/ES, porque todo orçamento é sempre um pressuposto, é o mais real possível do que a gente tem de previsão de arrecadação e de despesa. O presidente Tito Carvalho submeteu a primeira reprogramação orçamentária de 2014 a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. A reprogramação em anexo é submetida à aprovação do plenário, sendo aprovada por unanimidade. ITEM IV - Comissão Eleitoral - O presidente Tito Carvalho informou que o conselheiro José Carlos Neves Loureiro foi indicado na última sessão plenária para coordenação dos trabalhos da comissão eleitoral, uma vez que o mesmo não concorrerá à reeleição. Passou a palavra para o conselheiro José Carlos Neves Loureiro que fez a leitura da Resolução CAU nº 81/2014 que aprovou o regulamento eleitoral. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes informou que a Resolução CAU nº 81/2014 está pulicado no site o regulamento. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro informou que a constituição da comissão deve ser aprovada nesta sessão Plenária. Após considerações dos conselheiros, o presidente Tito Carvalho submeteu a constituição da comissão eleitoral a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. ITEM V – Apresentação técnica do <u>CAU/BR</u> - O presidente **Tito Carvalho** passou a palavra ao conselheiro federal **Anderson** Fioreti de Menezes que iniciou sua fala explicando que a comissão de organização do CAU/BR a qual coordena, está organizando um seminário para dezembro com a participação dos conselheiros eleitos titulares e suplentes em Brasília, o seminário tratará sobre o papel do conselho, o que é essa autarquia, qual é o papel do conselheiro, as atividades que o conselheiro desenvolve. Ressaltou a seguir os dois pontos de pauta que iria explana(: planejamento estratégico do CAU/BR, e a instalação do centro de serviço compartilhado. O planejamento estratégico iniciou com a contratação de uma empresa especializada no planejamento estratégico, Simnetcs, reconhecida no Brasil e internacionalmente. O planejamento estratégico, exige muito debate e estamos fazendo isso desde janeiro de 2013.

O mapa estratégico estabeleceu a missão, promover arquitetura e urbanismo para todos, e a

31

32

33

34 35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49 50

51

52

53

54 55

56

57

58 59

60

61

62

63

64 65

66

visão de ser reconhecido como referência na defesa do fomento das boas práticas de arquitetura e urbanismo do Brasil. Foram definidos como objetivos do planejamento estratégicos impactar significativamente no planejamento e na gestão do território, valorizar a arquitetura e o urbanismo, quanto aos processos internos, estão divididos em excelência organizacional, relações institucionais e relação com a sociedade, tendo como alavancadores, assegurar a sustentabilidade financeira, aprimorar a inovação do processo das ações. Quanto às pessoas e à infraestrutura, são objetivos: desenvolver as competências dos colaboradores, construir uma cultura organizacional adequada à estratégia viabilizando a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e da sociedade. Esse processo se deu nos estados, quem tiveram a oportunidade como aqui no Espírito Santo de participar, conhecer os objetivos, opinar com relação ao desdobramento disso e também com relação aos indicadores para esses objetivos estratégicos. O objetivo de impactar significativamente o planejamento e a gestão do território, foi apontado por 22 CAU/UF. Valorizar a arquitetura e urbanismo, foi apontada pelos 27 estados como objetivo estratégico. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro fez um comentário a respeito da estruturação do mapa estratégico, informando que se for feito investimento na base da estrutura, esse investimento vai refletir em todas as partes do mapa. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes informou que a partir do mapa estratégico o desdobramento dos CAU/UF, nós identificamos que projetos estão em desenvolvimento ou estão dispostos a desenvolver para ajudar cada objetivo. O presidente Tito Carvalho fez uma intervenção: Anderson, não adianta a gente querer avançar em um monte de coisas se não tivermos os fundamentos realizados. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro chamou atenção eu entendi dessa forma, acho que está faltando uma compreensão de que os CAU/UF precisam ainda olhar muito para dentro para trabalhar suas estruturas, equipes, etc. para poder formar seus projetos com maturidade. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro disse que é exatamente isso. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes disse que esse é o reflexo do que nós encontramos nos estados, de fato merece uma análise a respeito disso, por exemplo, boa parte do que o Edson Mello vai falar com relação ao Centro de Serviços Compartilhados, o PDTI, uma série de situações são de fato estruturantes. A partir desse planejamento, teremos uma radiografia do país, a partir da qual teremos como desenvolver políticas para dizer, "olha, vamos lá fortalecer uma política pública" para que a gente possa ter 100% dos estados engajados em determinados objetivos estratégicos que achamos interessante para inclusive construir essa maturidade". conselheiro José Carlos Neves Loureiro fez a seguinte intervenção: olhando esse mapa, o que me chamou atenção foi exatamente isso, falta base, você está querendo chegar nos objetivos superiores, sem arregaçar as mangas e sem desempenhar atividades básicas, dessa forma dificilmente vamos alcançar o topo. O presidente Tito Carvalho relatou que é preocupante a falta de interesse dos CAU/UF em pensar nos indiciadores dos alavancadores

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102103

104

**D** 

como sustentabilidade financeira e aprimorar, inovar processos e ações. O conselheiro Alberto Bernabé Kirchmayer expôs suas dúvidas e começou-se a discutir essa metodologia depois que ela foi proposta pela empresa. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes retomou a fala e informou que houve diversas reuniões de trabalho com metodologias especificas para trabalhar cada objetivo desses, uma série de dinâmicas, enfim própria da questão do planejamento para que a gente possa trabalhar e chegar a cada objetivo desse aqui. Pensamos na instituição CAU como um todo, aonde a soma das partes vai conseguir atingir um grau de maturidade tal para que a gente consiga efetivamente alcançar nossos objetivos. O conselheiro Alberto Bernabé Kirchmayer perguntou o que foi estabelecido primeiro, missão, visão e quanto a discussão cronológica. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes respondeu que não foi cronologicamente e complementou que existem metodologias para você poder chegar a desenvolver, a encontrar, a descobrir cada objetivo desses para tentar atingir excelência organizacional. Com quais objetivos, nós vamos atingir as relações institucionais? Estabelecer uma relação com a sociedade? A partir daqui os estados e o CAU/BR estabelecem os planos de ações, dentro da sua capacidade de desenvolvimento e maturidade organizacional, cada um na sua atribuição, os CAU/UF nos estados com relação a registro, fiscalização, o CAU/BR com relação à elaboração de normas e instância recursal. O conselheiro Marco Romanelli expôs que isso não significa que todos os CAU/UF vão desenvolver um projeto de acordo com o objetivo lá de cima e que só nove vão desenvolver aquele ali de baixo, é uma maneira de perguntar ao grupo envolvido se essa estrutura de baixo para cima faz sentido e parece que sim no geral, porque todo mundo concordou com o grande objetivo geral, quer dizer, todos concordaram que o objetivo apresentado como o mais importante é o mais importante. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes explicou que mostra também, o grau de envolvimento dos CAU/UF dos estados com relação a cada objetivo desse. O conselheiro Marco Romanelli relatou que para o planejador as relações institucionais são mais básicas e essenciais do que excelência organizacional e relação com a sociedade. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes passou a palavra ao Edson Mello, gerente técnico do CAU/BR, Edson Melo que relatou sobre o Centro de Serviços Compartilhados, assunto que vem tomando a pauta de nossas cinco últimas plenárias ampliadas, em 2012 e 2013 o CAU/BR concluiu, com 90% do que foi arrecadado em 2011, a fase de instalação do CAU, aquisição de equipamentos, aquisição de software, aquisição do SICCAU, contratação de pessoal, treinamento no pais, com essa fase concluída precisávamos discutir como fazer a gestão, como vamos gerenciar esse processo, sendo essa a grande discussão no segundo semestre de 2013 e aí que veio essa discussão de Centro de Serviços Compartilhados. Essa estrutura foi baseada na Resolução CAU n.º 05/2011, ela definiu o que era o SICCAU e tudo é SICCAU, porque é o Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. O

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114115

116

117

118

119

120

121

122

123124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

**(** 

A -

conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes informou que em dezembro de 2011 foi a primeira reunião plenária. Edson Melo informou que saíram aproximadamente 10 resoluções. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes esclareceu que durante o ano de 2011, aconteceu um trabalho enorme dos coordenadores de câmara de todos estados e nós fomos representados pelo conselheiro Marco Romanelli, que teve uma colaboração em pensar todo esse procedimento, essa estrutura, eu estava também representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo - CREA/ES, como conselheiro federal. Era a vez dos arquitetos e urbanistas ter um conselheiro federal no Espírito Santo. Não foi fácil decidir por essa estrutura e precisava ter algo real, porque a partir desse dia o CREA desligou todo o sistema dele, que os arquitetos trabalhavam desde 33, nós precisávamos dar suporte aos 80.000 arquitetos poderem trabalhar. Edson Melo retomou a sua fala informando que eram cerca de 90.000 profissionais em 2300 municípios diferentes do país e 27 pontos de atendimento, precisávamos ter uma estrutura de resposta rápida. Então, instalada, definida essa estrutura, entramos então na discussão de como fazer essa gestão compartilhada, foi quando surgiu a ideia do Centro de Serviços Compartilhados, modelo de governança e gestão compartilhado, a proposta veio assim, essa estrutura que nós tínhamos SICCAU, IGEO, Implanta, call center, data center, tudo isso poderia estar sendo montado como associado no modelo de gerenciamento, no modelo de gestão como no modelo de Centro de Serviços Compartilhados. Em resumo é ter todos os serviços que pudessem ser compartilhados em um modelo de gestão compartilhado com governança. Governança são decisões, as definições, você tem vários interesses, alguém tem que arbitrar e definir diretrizes. A partir disso definido, alguém gerencia os recursos. Então a proposta era que essa governança fosse feita por um colegiado de CAU/BR e CAU/UF e a partir das definições dessa governança, nós teríamos a gestão sendo executada pelo CAU/BR e sendo definidos documentos de base, como o PDTI, como o RIA e outros documentos que seriam definidos por esse colegiado de governança. Essa proposta foi apresentada na quarta plenária ampliada de maio de 2013, os presidentes solicitaram ao CAU/BR que pudesse fazer essa proposta e na quinta plenária ampliada a proposta foi apresentada. Foi definido que um grupo de 4 representantes do plenário do CAU/BR, sendo que a coordenação seria da COA, da Comissão de Organização e Administração e 4 representantes dos CAU/UF e a coordenação adjunta do CAU Mato Grosso do Sul, presidente Osvaldo. No plenário também tem o coordenador da comissão de planejamento e finanças, o conselheiro Paulo Saad, do Rio de Janeiro, e o próprio presidente Aroldo e dos CAU/UF, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Ceará e Paraná. A proposta foí desenvolvida com um grupo bastante denso de discussões, foram 6 reuniões do colegiado de governança, foram cinco reuniões plenárias, plenárias ampliadas, foram 4 fóruns de presidentes e sete visitas a CAU/UF para tirar dúvidas. Desse trabalho foi feita a aprovação da criação, do Centro de Serviços Compartilhados com a publicação da resolução 60 de

142

143

144

145

146147

148

149150

151152

153154

155156

157158

159

160 161

162

163

164

165

166167

168

169

170

171

172

173

174175

176

177178

00

**A**.

novembro de 2013, data que deu a esse grupo 90 dias para apresentar, o colegiado de governança, o modelo de funcionamento, quem ia definir, quem ia participar, quais eram os serviços, quanto iam custar, como estavam os contratos. Esse grupo fez a proposta que foi aprovada na oitava plenária ampliada em janeiro da resolução 71. Após 180 dias de implantação o colegiado fez a sua avaliação, apresentou um relatório, e fez uma proposta de resolução que está em discussão a aprovação de rateio proporcional a arrecadação e essa resolução foi para discussão na última plenária ampliada, que foi na última semana dia 18, onde não se concluiu e estamos indo para Sergipe no dia 30 para concluir os trabalhos, haverá uma reunião na plenária ampliada, porque tem Fórum de presidentes do CAU, segunda e terça, 28 e 29, então no dia 30 os presidentes já estão lá, os conselheiros federais vão para lá e vamos fazer a aprovação da resolução nos seus ajustes necessários. Os serviços ficaram definidos, a gerência técnica do CAU/BR é a gerência que faz o gerenciamento desse serviço, o CAU/BR está propondo a mudança de nome, vai ser a Gerência Técnica do Centro de Serviços Compartilhados e o data center, e mais dois propostas: a RIA e apoio institucional. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes fez um comentário sobre o sistema todo fora a RIA, nasceu com o CAU lá naquele mapa da CNCARQ onde nós construímos uma resolução para dar legalidade a esse. Porque nós estávamos em uma fase de implantação de CAU nos estados, no Brasil inteiro durante o desenvolvimento do SICCAU, esses serviços são serviços do qual os CAU/UF dos estados são responsáveis por delegação de lei inclusive. não é tarefa do CAU/BR desenvolver registro, não é tarefa do CAU/BR emitir certidão, é tarefa dos estados desenvolverem isso. No momento que é criado o CSC, se elabora uma maneira de nós compartilharmos as decisões a respeito de como esses serviços vão evoluir, o CSC é um espaço onde esses serviços vão ser prestados agora com gerenciamento de um grupo amplo que tem a representação dos CAU/UF dos estados e tem a representação do CAU/BR. O apoio institucional foi proposto pelo presidente Tito Carvalho, que é a questão do PDTI, os planos do PDTI para os estados, onde esse centro também deverá apoiar os estados com relação à criação do PDTI e também o Rio de Janeiro propôs algumas outras situações a respeito de institucional, como treinamento para o Implanta e uma série de outras situações. O presidente Tito Carvalho fez um comentário sobre o que seria interessante contextualizar também o ambiente no qual está sendo discutido isso, porque assim, são duas questões, uma é o grupo gestor que está fazendo todo um trabalho técnico e tem a aprovação disso no plenário do CAU Brasil. Outra questão é que envolve interesses políticos, visões divergentes, então assim, é um processo extremamente desgastante. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes disse que situações assim, são a raiz do nosso conselho que quer funcionar e entregar o mesmo serviço em cada canto do país. Esse é o grande ganho do SICCAU, o arquiteto e urbanista do Amapá recebe o mesmo serviço que o arquiteto paulista.

independente do orçamento do CAU São Paulo e CAU Amapá. O presidente Tito Carvalho

179

180

181

182183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

A

disse que e uma resolução pequena, são 13 artigos, a passamos o dia inteiro e discutiu nove, cada um gerando um debate muito acirrado. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro relatou que quando você pensa que todo mundo tem a mesma coisa, só que nem todo mundo paga a mesma coisa. E aí em um país como o nosso, você tem 45% dos profissionais hoje estão em São Paulo, então assim, teoricamente São Paulo paga quase a metade de todo esse sistema. Então é complicado entender essa lógica e se entra um presidente em São Paulo e fala assim, "não, eu não quero, vou criar o meu e vocês se viram". Isso tudo cai igual a um castelo de cartas. O presidente Tito Carvalho se pronunciou em relação a importância dessas discussões, ponto a ponto, a fim de garantir que o sistema funcione e seja mantida a segurança para todos e que esse assunto continue sendo tratado de forma veemente. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro questionou se existe alguma garantia jurídica e o conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes afirmou que existe. Explicou a situação dos Estados que contribuem mais (Ex. São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná), em algum momento, quererem total independência. Isso iria contra a proposta de criação do Conselho, que preconiza que arquitetos de quaisquer estados do Brasil devem receber o mesmo serviço, caso contrário viraríamos um novo Sistema CONFEA/CREA. A Lei de criação do CAU nos deu um norte para isso, que é o Registro Nacional do Arquiteto, em que os profissionais podem atuar em todo o país. Diferente do Sistema CONFEA/CREA em que o profissional deve se registrar em cada Estado que vai atuar. Ou seja, ou nós encaramos de fato o futuro da profissão que queremos ou nós não vamos avançar em absolutamente nada. A proposta do centro de Serviços Compartilhados é uma forma de envolver todos no debate, diferente dos dois primeiros anos do Conselho, em que o CAU/BR assumiu o bônus e também o ônus de estabelecer toda essa política. Foi papel do CAU/BR, conforme determina a Lei, mas agora é necessário que todos participem, por isso a contratação do CSC, Tecnotec e o funcionamento do SIG, IGEO, CALL CENTER. Depois de tudo isso, se cada um montar o seu não será possível manter o mesmo atendimento em todo o país. As decisões e os custos devem ser compartilhados entre todos. A proposta de custo deve ser suportada por todo o sistema. Todos os estados devem apresentar os mesmos serviços, mesmo aqueles peculiares a cada Estado, caso contrário não estaríamos unificados. Cada serviço que um Estado deseja incluir deve passar por discussão se o CAU realmente precisa e todos irão 4 arcar com o custo de implantação e todos serão beneficiados. Além disso, existe a questão gerencial, de segurança da informação, do trabalho dos dados, de uma série de situações que precisam de regulamentação. O conselheiro Alberto Bernabé Kirchmayer, em resposta ao conselheiro José Carlos Loureiro, disse que os CAU/UF não podem se desagregar, já que é uma obrigatoriedade definida em Resolução do CAU. Porém, o gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello, disse que é juridicamente possível. Explicou que entre os serviços compartilhados está o data center. Inteligência geográfica envolve o IGEO. O Coorporativo é

216217

218219

220221

222

223

224

225226

227

228

229230

231

232233

234

235

236237

238

239

240241

242

243

244

245

246

247

248

249

250251

252

D

#.

D

o SICCAU, que tem o lado interno e externo (voltado para o profissional). Na parte administrativa e financeira são todos os sistemas do Implanta. Na parte de relacionamento temos o Call Center e toda a parte do site. Esses serviços são gerenciados pela equipe da gerencia técnica do CAU/BR, que é a parte de pessoal que está dentro do Centro de Serviços Compartilhados. Além dessas ferramentas existem outras, como o App Protagonista, em que sua forma de disponibilização ainda está em discussão e ainda está sendo testado. Após sua aprovação serão avaliados quais Estados estão preparados para atender a demanda que pode gerar, porque as pessoas poderão baixar e contribuir com situações irregulares que encontrarem, enviarão asa fotos que serão georeferenciadas no IGEO, porém, quantos CAU/UF estão preparados para receber essa demanda, essa é uma grande discussão. O presidente Tito Carvalho explicou que a iniciativa veio de Minas e colocou a impressão de que vai ser uma ferramenta fantástica, mas que provavelmente vai entrar no sistema antes da hora adequada, já que, por exemplo, aqui no Espírito Santo, não teríamos como atender a toda demanda gerada a partir das denúncias e colaborações gerais dos arquitetos. Isso poderia gerar grande frustação naqueles que estariam contribuindo, porque geraria uma expectativa cuja estrutura operacional não estará em condições de suportar adequadamente. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes relatou a importância de não perder essa ferramenta, já que o mundo atual é extremamente tecnológico. Só os arquitetos e urbanistas poderão baixar, já que será necessário a senha do SICCAU. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro afirmou que não é apenas uma questão de incompetência em dar resposta, mas sim de recursos e concorda com presidente Tito Carvalho. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello, apresentou um pouco do trabalho do centro de serviços compartilhados, que contados 180 dias de janeiro, o colegiado de governança deveria fazer uma análise, em que será dito, de forma resumida, as principais ações que foram tomadas. Durante esse trabalho foram feitas reuniões se debruçando sobre documentos. Foi feito, por parte dos presidentes, o que deveria ser priorizado no SICCAU em 2014 e o colegiado teve duas ações principais: levantar junto aos CAU/UF demandas prioritárias e fazer uma revisão no formato de contratação da empresa que dá manutenção no SICCAU atualmente, a Tecnotec. Foram feitas dez reuniões do colegiado de governança e cada reunião possui um a resumo e está disponível a todos os CAU/UF. Em relação específica ao contrato do SICCAU Corporativo, foram identificadas diversas questões a serem melhoradas, o que mostra que ainda temos um alto índice de manutenção corretiva. Foi feita uma proposta de termo de ' referência para contratação dessa empresa em novas bases, através de relatório, a fim de que esses problemas não aconteçam mais. Uma outra questão que foi apontada pela empresa Simnetcs e discutido no colegiado e com os presidentes, é a aquisição da propriedade intelectual do SICCAU. O SICCAU Corporativo é nosso, ele está no nosso data center, porém a propriedade intelectual não é nossa, não podemos mexer na inteligência do

253 254

255

256

257 258

259

260

261 262

263

264 265

266

267

268 269

270 271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284 285

286

287

SICCAU, ficamos condicionados à empresa Tecnotec. Como queremos independência começou a se discutir a aquisição da propriedade intelectual, que se quantifica por pontos de função. Esses pontos serão calculados por nós e pela Tecnotec, e uma terceira empresa fará a validação desses pontos. Já estamos na fase da validação. Com base nisso o preço será discutido, a gente já tem uma noção do preço, e não é algo distante de nossa realidade. Então é algo que o colegiado também está tratando para gente ter maior agilidade e independência no processo de manutenção. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes disse que é um processo de imensa negociação. Na primeira medição foram encontrados valores muito diferentes, mas foram discutindo, usando outra metodologia e chegaram a um consenso, mesmo porque a empresa está querendo vender. Na prática, ficamos livres para contratar diferentes empresas e não apenas a Tecnotec. A empresa nos atendeu muito bem em um primeiro momento, mas a demanda aumentou muito e precisamos de um serviço de excelência, mesmo sabendo que não existe sistema que não tenha dificuldades tecnológicas. A partir dessa aquisição, segundo o gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello, será possível uma licitação nacional para contratação desse serviço. O colegiado solicitou aos presidentes no Fórum de presidentes do CAU de Belo Horizonte que levantassem todas as demandas que eles entendiam que eram necessárias no SICCAU, então nós recebemos 223 demandas dos estados e a gente precisava priorizar essas demandas, foi criada uma metodologia para isso e ao final chegou-se a 43 demandas consideradas de alta prioridade, 28 de média prioridade e 152 de baixa prioridade e foi definido a data de 30 de junho para entregar essas 43 demandas prontas. Porém, devido a troca de equipe técnica houve atraso nessa entrega, foram entregues 13, algumas ainda estão sendo desenvolvidas, outras em testes e algumas dependem de alterarão nas normas para serem aplicadas no SICCAU. Nesse período também houve aumento no número de chamadas dos CAU/UF. Faz uma breve explanação da análise que o colegiado fez de outros serviços. A questão do uso do SICCAU se comprova que é proporcional ao pagamento de cada estado, quem paga mais realmente usa mais. É importante a leitura gerencial das transações efetivadas no SICCAU, que é uma informação que só fala do movimento, não tem uma análise qualitativa. O conselheiro Marco Romanelli questionou a diferença entre transação e acesso. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello, explicou que cada vez que você loga é um acesso e a transação é o que você faz efetivamente. Entrou-se em discussão sobre transação e ação, quando se acessa mais ou menos do que se transaciona, por parte do conselheiro Marco Romanelli, do gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello e da conselheira Aparecida Maria da Silva Borges. Conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes perguntou o que nós estamos buscando. Estamos buscando tentar desenvolver relatórios gerenciais a partir de análises. O arquiteto e urbanista Marco Romannelli retomou a questão da ação, transação e acesso. A gerente geral Patrícia Cordeiro explicou que temos um tempo limite dentro do SICCAU que pode expirar, por isso

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300 301

302

303

304

305

306

307

308

309

310311

312

313

314

315

316

317

318

319 320

321

322

323

324

325

326

temos muitos acessos. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello explicou que por questão de segurança temos um tempo limite. Nesse período nós tivemos 1,449,000 transações no ambiente do arquiteto e urbanista e tivemos 96.550 transações nos CAU/UF e tivemos 156 demandas de ajustes no SICCAU, ao analisar esses dados, acha-se 1% de problemas no SICCAU. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello explicou que quando vai para o call center é individualizado e desde abril de 2012 até hoje nunca passou de 2% as reclamações em relação aos serviços prestados. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes disse que tem projeto para tentar amenizar isso. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello informou que o IGEO está instalado em todo país, fizemos treinamentos de 148 funcionários e ainda tem uma dificuldade do uso do GEO, por isso vamos fazer uma nova rodada de treinamento com nove turmas para capacitar todos os funcionários dos CAU/UF para que possamos avançar no uso do GEO. Quanto as demandas por GEO Tecnologia, tivemos oito solicitações do Rio Grande do Sul, dois do Amazonas, um do Ceará, um da Paraíba, um de Alagoas e um do Piauí. Quanto ao call center, hoje está próximo de 6.000 a média de ligações/mês, chegamos a ter 35.000 ligações/mês, hoje ele está me torno de 6.000 ligações/mês e no 0800 nós temos registradas todas as informações e orientação aos profissionais. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello colocou que os CAU/UF participam desse processo via Centro de Serviços Compartilhados - Gerenciador CSC, por meio desse endereço cscsiccau.caubr.gov.br. Cada CAU/UF tem um pessoa, mas pode ser mais de uma que tem acesso a esse sistema, essa ferramenta a possibilidade abrir e acompanhar chamados e solicitações. Tivemos nesse período 186 solicitações onde 105 foram resolvidas e 81 estão em aberto, no momento da emissão desse relatório. Os servicos do Centro de Serviços Compartilhados são o data center e as estruturas de TI, o GEO, o Implanta e o SICCAU corporativo. De posse dos números conseguimos fazer a análise do tempo de resposta, o SICCAU corporativo tem um tempo de resposta 11 dias em média, sendo as demandas urgentes estão com a média de cinco dias, que ainda é alta, que ainda depende muito do fornecedor. O GEO, a média foi de 3 dias, sendo as urgências atendidas em 2 dias. Quanto a Infraestrutura, tivemos poucas demandas e em menos de um dia elas foram atendidas. O Implanta também tivemos poucas demandas e em dois dias elas foram resolvidas. O colegiado de governança propôs a manutenção dos atuais serviços, a inclusão da RIA e a inclusão do apoio institucional dos CAU/UF. O CAU Espírito Santo, solicitou uma consultoria para que os CAU/UF pudessem fazer o seu PDTI, o CAU Rio de Janeiro propôs uma consultoria para o Implanta. A RIA é a proposta de termos uma Rede Integrada de Atendimento nacional, que padronizará questões como atendimento, interpretação da legislação e prazos, colocando o atendimento em um nível de excelência, a ideia é tratar o atendimento em um nível de excelência com um tele atendimento qualificado, projetando o uso de avatar, que é aquele atendimento virtual, igual tem a Júlia, da Tam, com uma rede

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341 342

343

344

345

346

347

348

349

350

351 352

353 354

355

356

357

358

359

360 361

362



social corporativa, uma espécie de facebook voltado especificamente para a arquitetura e urbanismo. Seria uma estrutura nacional, com todos os estados podendo utilizar, e uma estrutura local com atendimento de segundo nível que poderia ser presencial e telefônico. O conselheiro Marco Romanelli perguntou se é possível escolher o tipo de atendimento. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello explicou que esse é um ponto de discussão entre os presidentes, o registro é nacional, o exercício da arquitetura e urbanismo é nacional. Então a proposta da RIA que está no colegiado de governança é uma das formas de tratar essa situação, é uma das formas de vir de encontro a essa necessidade. O arquiteto e urbanista Marco Romanelli retomou a questão e indagou: Sim ou não, eu posso escolher quando eu entro? O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello disse que pode o atendimento presencial tem sempre que existir. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes explicou que se investe no sistema, a possibilidade de alguém bater à porta para resolver um problema é diminuída. O presidente Tito Carvalho comentou que a ideia é muito boa, mas ela exige alguns cuidados, porque cada estado tem suas especificidades, são unidades autônomas, integradas, mas autônomas, tem funcionalidade eventualmente, como esse sistema vai absorver essas diferenças? Temos que tomar muito cuidado em quais processos o RIA pode assumir, até que ponto do processo o RIA pode assumir e a partir de que ponto do processo o RIA não pode assumir, podemos discutir e implantar, mas não é uma coisa simples. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes informou que a proposta do RIA é de longe o 0800 e sim arquiteto sendo atendido por arquiteto. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello retomou sua fala informando que a coordenação da RIA seria nacional, formada por uma equipe pequena, especificamente para promover a uniformização no atendimento no país. É importante que o CSC e a RIA sejam entendidos como um serviço dos CAU/UF, o CSC não é um CAU/BR prestando um serviço para os CAU/UF, ele é dos CAU/UF. No Centro de Serviços Compartilhados, o colegiado de governança discute e apresenta para os presidentes, é assim que funciona. Então a RIA seria uma coordenação para poder fazer esse azeitamento da estrutura, o SICCAU não tem muita intuitividade, é solicitado uma informação e o profissional inseri outra, de repente essa parte não está muito intuitiva, vamos ver como isso fica mais intuitivo, de maneira mais representativa, com atendimento de primeiro nível, que é um tele atendimento qualificado, como uma única porta de entrada de atendimento. É uma decisão política. O atendimento de primeiro nível engloba um outro tipo de software que chama CRM, que é um software de gerenciamento de atendimento integrado com o SICCAU que retorna ao profissional após sua demanda ter sido solucionada. Caso não seja solucionada pois exige uma análise técnica de intervenção do CAU/UF, então vem para o atendimento de segundo nível que após resolução da demanda informa ao interessado. Caso a situação exija uma interpretação de norma, deve ser repassada ao CAU/BR, que por sua

vez pode encaminhar para intervenção de comissão até resolver o problema e informar o

364

365

366

367

368

369

370

371 372

373

374 375

376 377

378 379

380

381 382

383 384

385

386

387

388 389

390

391

392

393

394

395

396

397

398 399

interessado. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes informou que quem está à frente da organização desse processo, é a ouvidoria do CAU/BR através do colega José Eduardo Tibiriçá. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello informou que outros dois serviços que estão sendo trazidos que são: o assessoramento da elaboração do PDTI e o assessoramento e capacitação do uso dos módulos do Implanta. A previsão é de que os CAU/UF de maior complexidade teriam até 48 horas de apoio para fazer o PDTI, de média complexidade, 24 horas de consultoria e os de baixa complexidade, 16 horas de consultoria. Então isso foi previsto por solicitação do CAU Espirito Santo. O outro foi o apoio institucional no que diz respeito ao assessoramento e à capacitação no uso dos módulos do Implanta, então além daquele treinamento, uma discussão sobre como usar esses módulos e sobre como usar isso dentro da contabilidade, dentro do financeiro. O Gerente Técnico do CAU/BR, Edson Mello encerrou sua apresentação agradecendo a todos e informa que o objetivo era dar uma visão geral. O presidente Tito Carvalho agradeceu ao gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello dizendo que é sempre muito interessante podermos revisar o que é o conceito de funcionamento do CAU, porque a gente precisa sempre manter essa visão do todo. As discussões, críticas, contribuições demandam essa compreensão, e inclusive a compreensão de que a construção desse processo, como ele é coletivo, ele é mais lento, é mais doloroso, exige uma dedicação maior. O gerente técnico do CAU/BR, Edson Mello comentou que metade dos municípios não tem arquiteto e urbanista. Outro ponto é com relação a eleição. Nós nos lançamos em uma eleição com uma mala direta de e-mails que não funcionava ou pelo menos quase a metade dela não funcionou, e isso foi uma decisão de calendário, a gente tinha proposta, vamos publicar a lista de todos os eleitores, "esses são os nossos eleitores para a eleição do CAU, veja se você está aí, veja se seus dados estão certos, veja se seu email está certo". Decidimos não fazer isso principalmente por falta de tempo, porque tínhamos a data de 26 de outubro. E isto quase anulou a eleição, porque a gente teve uma dificuldade inesperada com a greve dos Correios, que impediu o envio das senhas por via postal e o que a gente tentou mandar por e-mail simplesmente não foi. Então hoje você tem um cadastro de profissionais que está usando o SICCAU, então esse cadastro tem um mínimo de consistência. O conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes comentou o quão exitosota foi essa tarefa que a gente se lançou. Hoje percebemos um processo, como disse o presidente Tito Carvalho, de amadurecimento muito grande do processo decisório e é importante salientar, não é porque não se queria estabelecer um processo decisório coletivo, é porque simplesmente a circunstância não permitia estabelecer um processo decisório coletivo. Na véspera da entrada do SICCAU no ar, na noite anterior se trabalhou 23 horas ininterruptamente, pessoas ficaram acordadas 23, 24 horas ininterruptamente conseguirmos botar três funcionalidades no ar, que era fazer o registro, estabelecer o RRT e tirar uma certidão de acervo para não deixar o país parar. Hoje, com menos de três anos, ver onde esse

401

402

403 404

405

406 407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419 420

421

422 423

424

425

426

427 428

429 430

431

432 433

434

435

436

437









conselho chegou, aonde essa tarefa nos levou, ao ponto de a gente ser referência, elogiados por outros conselhos, por outros órgãos do governo com relação a essa situação do CSC, o Ministério da Educação evidenciou a quantidade de relatórios que a gente tem possibilidade de informar, é uma prova de que efetivamente nós somos capazes. E é o trabalho de todo mundo, é o trabalho do CAU/UF, todo esse processo coletivo é que faz mover essa máquina. Agora chegou a hora de nos organizarmos essa discussão e a equipe do CAU/BR tem sido excelente, de uma qualidade técnica muito boa e engajada. Esse processo é um processo que demonstra nossa capacidade e mostra quanto tempo perdemos agarrados em um sistema multiprofissional onde a gente tinha pouca capacidade de decidir, posso dizer isso de cadeira. Parabéns para todos. O presidente Tito Carvalho informou que nesta quinta e sextafeira terá reunião que envolve toda a estrutura CONFEA/CREA e CAU e eu não tenho muita expectativa que a gente produza algo muito substancial, mas que se começar a estabelecer um ambiente de entendimento mínimo a gente tem a obrigação de tentar sem tantas expectativas, principalmente aqui no Espírito Santo. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro disse que essa iniciativa é muito legal. O presidente Tito Carvalho complementou que estaremos cumprindo uma obrigação. Afirmou ainda que temos que estar lá dispostos a ouvir, não para estimular litígio, mas para consolidar algumas conquistas. O conselheiro Marco Romanelli afirmou ter certeza que vão nos pedir uma série de coisa e vão nos oferecer nada. ITEM VI - Encerramento - O presidente Tito Augusto Abreu de Carvalho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a vigésima Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES. Para constar, eu, Márcia Martins Angeli, que após ouvir a gravação, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os conselheiros no exercício da titularidade, para que reproduza os efeitos legais.

Vitória, 22 de julho de 2014.

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455 456

457 458

459

460

Arg. e Urb. Tito Augusto Abreu de Carvalho

Presidente do CAU/ES

Márcia Martins Angeli

Secretária dos Trabalhos

marca martins augeli

Arg. e Urb. Ana Paula Rabello Lyra Conselheira Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. André Luiz de Souza Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer** Conselheiro suplente no exercício da titularidade do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa** Conselheiro/Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**Conselheixo Titular do CAU/ES